

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO À 7ª EDIÇÃO	7
ABREVIATURAS E OUTRAS INDICAÇÕES DE LEITURA	9
I – FORMAÇÃO DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS: O CONTRATO DE TRABALHO	17
§1º Delimitação do contrato de trabalho	19
1. Noção e elementos essenciais do contrato de trabalho	19
1.1. Noção legal de contrato de trabalho	19
1.2. Elementos essenciais do contrato de trabalho: a actividade laboral	23
1.3. Elementos essenciais do contrato de trabalho (cont.): a retribuição	28
1.4. Elementos essenciais do contrato de trabalho (cont.): a subordinação jurídica e os poderes laborais	32
1.4.1. Aspectos gerais e delimitação no actual Código do Trabalho: a inserção do trabalhador na organização e a autoridade do empregador	32
1.4.2. A determinação da subordinação jurídica: os indícios de subordinação e a presunção de contrato de trabalho	42
1.5. Conclusão: o critério decisivo para a qualificação do contrato de trabalho	55

1.6. A protecção do trabalhador na qualificação do contrato de trabalho: tutela contra-ordenacional e acção especial de reconhecimento de contrato de trabalho	61
2. Figuras afins do contrato de trabalho	69
2.1. Contrato de trabalho e contrato de prestação de serviço	70
2.1.1. Contrato de trabalho e contrato de mandato	72
2.1.2. Contrato de trabalho e contrato de empreitada	74
2.1.3. Contrato de trabalho e contrato de avença	75
2.1.4. Contrato de trabalho e contrato de agência	76
2.2. Contrato de trabalho, contrato de sociedade e contratos ligados à gestão societária	78
2.3. Contrato de trabalho e situações de qualificação e formação profissional: em especial, o contrato de aprendizagem e os estágios profissionais	84
2.4. Contrato de trabalho e vínculos de emprego público	87
2.5. Outras situações	92
3. As situações de parasubordinação: o trabalho no domicílio e os contratos «equiparados» ao contrato de trabalho	95
4. Características do contrato de trabalho	99
5. Tipologia dos contratos de trabalho: contrato de trabalho comum, contratos de trabalho especiais e contratos de trabalho sujeitos a regras específicas, atinentes ao tipo ou à situação dos trabalhadores; remissão	107
§ 2º Formação do contrato de trabalho	111
6. Pressupostos do contrato de trabalho	111
6.1. Capacidade	112
6.2. Legitimidade; a questão do pluriemprego	132
6.3. Idoneidade negocial: habilitações e qualificações profissionais; inscrição em ordens profissionais	136
6.4. Requisitos do objecto negocial	142
7. Processo de formação do contrato de trabalho	145
7.1. Regras gerais	146
7.2. Promessa de contrato de trabalho	148
7.3. Concurso para a celebração de um contrato de trabalho	152
7.4. Contrato de trabalho por adesão e cláusulas contratuais gerais	155
8. Deveres especiais das partes na formação do contrato de trabalho	163
8.1. O dever de informação e os seus limites	165
8.2. O princípio da igualdade e o dever de não discriminação	176
8.2.1. Aspectos gerais	176

8.2.2. Princípio da não discriminação em geral	181
8.3.3 O direito à igualdade entre trabalhadores e trabalhadoras no acesso ao emprego	190
8.2.4. O assédio no trabalho	194
9. Forma e formalidades no contrato de trabalho	201
9.1. Regras especiais em matéria de forma no contrato de trabalho	202
9.2. Forma e formalidades	207
10. Período experimental	211
10.1. Delimitação e admissibilidade	211
10.2. Aspectos de regime: duração, contagem e cessação do contrato	213
10.3. Natureza jurídica; importância do período experimental no sistema juslaboral português	222
11. Os valores negativos do contrato de trabalho: invalidez e convalidação do contrato de trabalho; relações laborais de facto	225
11.1. Aspectos gerais	225
11.2. A invalidez do contrato de trabalho; a redução e a conversão dos negócios laborais inválidos	226
11.3. Os efeitos da invalidez do contrato de trabalho: especificidades	233
11.4. A convalidação do contrato de trabalho	238
11.5. As relações laborais de facto	241
II – CONTEÚDO DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS	243
SECÇÃO I	
Do conteúdo em geral e conteúdos especiais no contrato de trabalho	245
12. Sequência	245
§ 3º Conteúdos gerais típicos do contrato de trabalho	247
13. A fixação do conteúdo do contrato de trabalho: interpretação e integração do contrato de trabalho	247
13.1. Aspectos gerais	247
13.2. Interpretação e integração do contrato de trabalho	249
14. Conteúdos gerais típicos do contrato de trabalho	253
14.1. Condição e termo no contrato de trabalho	253
14.2. Cláusulas limitativas da liberdade de trabalho na pendência do contrato de trabalho	257

14.3. Contratos de trabalho em união com outros contratos; outras situações de conexão contratual	262
§ 4º Contrato de Trabalho Comum e Contratos e Regimes Laborais Especiais: Aspectos Gerais e Remissão	269
15. Relação de trabalho típica e emergência de novos modelos de vínculo laboral; as relações de trabalho na era digital (breve referência)	269
16. Enunciado dos regimes laborais especiais; remissão	276
SECCÃO II	
A situação jurídica do trabalhador no contrato de trabalho	279
17. Sequência	279
§ 5º A actividade laboral e os deveres acessórios do trabalhador	281
18. A actividade laboral e os deveres acessórios	281
18.1. A prestação de trabalho como dever principal do trabalhador: actividade ou disponibilidade	281
18.2. O direito do trabalhador à ocupação efectiva	284
18.3. Os deveres acessórios do trabalhador: deveres integrantes e deveres autónomos da prestação principal	291
18.3.1. Aspectos gerais	291
18.3.2. Deveres acessórios integrantes da prestação principal	294
18.3.3. Deveres acessórios autónomos da prestação principal	300
18.4. Actividade laboral, direitos de personalidade e direitos fundamentais do trabalhador	308
19. A determinação da actividade laboral	317
19.1. Os conceitos operativos nesta matéria: o conceito de função e o conceito de categoria	317
19.2. O âmbito do conceito de actividade contratada e a atribuição da função pelo empregador; o regime de prestação de funções afins ou funcionalmente ligadas à actividade contratada	321
20. A variação da actividade laboral: a mobilidade funcional	327
20.1. O alcance do princípio da invariabilidade da prestação	327
20.2. O regime do jus variandi ou mobilidade funcional	328
§6º O posicionamento do trabalhador na organização do empregador: a categoria, a carreira e a antiguidade	341
21. A categoria	341

21.1. Acepções da categoria (remissão); a carreira	341
21.2. O princípio da irreversibilidade da categoria e a mudança de categoria: regime jurídico	344
22. A antiguidade: acepções e efeitos jurídicos	352
§7º O local de trabalho	357
23. Determinação e relevância do local de trabalho; o princípio da inamovibilidade	357
24. A modificação do local de trabalho	365
24.1. Aspectos gerais	365
24.2. Modificação individual do local de trabalho: mudança definitiva e mudança transitória; mudança a pedido do trabalhador	367
24.3. Mudança do estabelecimento e transferência dos trabalhadores	376
§ 8º Tempo de trabalho e tempos de não trabalho	381
25. Aspectos gerais	381
25.1. Importância da delimitação temporal da situação jurídica do trabalhador. Sequência	381
25.2. Princípios gerais em matéria de tempo de trabalho e suas projecções	391
25.2.1. Tempo de trabalho e direito ao repouso: descanso diário, semanal e anual	391
25.2.2. A conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar	392
25.2.3. A conciliação entre o trabalho, a maternidade e a paternidade: o tema da parentalidade	394
25.2.4. A maleabilidade do tempo de trabalho como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho	398
25.2.5. Tempo de trabalho e «direito» à desconexão?	402
25.3. Conceitos operatórios do regime do tempo de trabalho	404
26. Organização do tempo de trabalho	410
26.1. Duração do trabalho: período normal de trabalho diário e semanal; duração média do trabalho; adaptabilidade	410
26.1.1. Aspectos gerais	410
26.1.2. Os modelos de determinação do tempo de trabalho: em especial, os regimes de adaptabilidade	415
26.2. Distribuição do tempo de trabalho: horário de trabalho, intervalos de descanso e isenção de horário	431

26.2.1. Horário de trabalho, intervalos de descanso e descanso diário mínimo	431
26.2.2. Isenção de horário de trabalho	437
26.3. Trabalho por turnos	441
26.4. Trabalho noturno	445
26.5. Trabalho suplementar	449
27. Descanso semanal e feriados	462
27.1. Período normal de trabalho semanal e dias de descanso	462
27.2. Feriados	465
28. Férias	468
28.1. Aspectos gerais	468
28.2. Aquisição, vencimento e irrenunciabilidade do direito a férias	471
28.3. Duração das férias	473
28.4. Marcação e gozo efectivo das férias	479
28.5. Prestações pecuniárias relativas às férias	483
28.6. Férias e vicissitudes do contrato de trabalho; outros aspectos	488
29. Faltas	490
29.1. Delimitação e classificações	490
29.2. Faltas justificadas: enunciado e regime	494
29.3. Em especial as faltas justificadas por motivo de maternidade, paternidade e assistência à família	510
29.4. Faltas injustificadas: enunciado e regime	515
 SECÇÃO III	
A situação jurídica do empregador no contrato de trabalho	521
 30. Sequência	 521
§9º Remuneração e deveres acessórios do empregador	523
31. Dever remuneratório e deveres acessórios do empregador	523
31.1. O dever retributivo como dever principal e o débito remuneratório amplo do empregador no contrato de trabalho	523
31.2. Os deveres acessórios do empregador	526
31.3. Os deveres de promoção da formação profissional e de garantia da segurança, da higiene e da saúde no local de trabalho, em especial	529
32. Delimitação dos conceitos de retribuição e de remuneração: retribuição, complementos salariais e outras prestações remuneratórias	533
33. Princípios gerais e tutela do trabalhador em matéria remuneratória	546
33.1. Enunciado geral	546
33.2. O princípio da suficiência salarial: a retribuição mínima	547

33.3. O princípio da igualdade remuneratória	549
33.4. O princípio da irredutibilidade da retribuição	559
33.5. A relativa intangibilidade da retribuição	561
34. Modalidades de retribuição. Cômputo da retribuição	563
35. Cumprimento e incumprimento do dever remuneratório	568
35.1. Modo, lugar e tempo de cumprimento do dever remuneratório	568
35.2. Incumprimento do dever remuneratório	570
35.2.1. A mora no pagamento da retribuição	570
35.2.2. A tutela dos créditos remuneratórios dos trabalhadores	574
§10º Poder directivo	583
36. O poder directivo no elenco dos poderes do empregador: poder directivo e poder disciplinar; poder organizativo, poder de vigilância ou controlo e poder regulamentar	583
36.1. Aspectos gerais	583
36.2. Poder organizativo e poder de vigilância ou controlo	587
36.3. Poder regulamentar	589
36.4. Conclusão: o poder directivo e o poder disciplinar como poderes laborais do empregador	594
37. Delimitação e características do poder directivo	595
38. Natureza e fundamento do poder directivo	602
§11º Poder disciplinar laboral	609
39. Sequência	609
40. O poder disciplinar: aspectos gerais	610
40.1. O poder disciplinar nas fontes laborais; o poder disciplinar e o incumprimento do contrato de trabalho	610
40.2. Conteúdo e características do poder disciplinar laboral	617
41. Titularidade e exercício do poder disciplinar laboral	622
42. As infracções disciplinares	628
43. As sanções disciplinares	630
43.1. Tipologia das sanções disciplinares	631
43.2. Princípios gerais de aplicação das sanções disciplinares	636
43.3. Limites das sanções disciplinares	641
43.4. Natureza das sanções disciplinares	644
44. O processo disciplinar	646
44.1. Modalidades de processo disciplinar e princípios gerais do processo	646
44.2. Marcha do processo	651
45. Funções e importância do poder disciplinar laboral	652

46. Fundamento do poder disciplinar	655
46.1. O posicionamento do problema e os valores em jogo	655
46.2. A fundamentação tradicional: teorias contratualistas, teorias institucionalistas e reconstrução obrigacional	656
46.2.1. Teorias contratualistas	657
46.2.2. Teorias institucionalistas	662
46.3. Reposicionamento do problema e posição adoptada	665
III – VICISSITUDES DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS	669
SECÇÃO I	
Modificação e suspensão do contrato de trabalho	671
47. Quadro geral das vicissitudes do contrato de trabalho	671
§12º Modificação e suspensão do contrato de trabalho por motivos de gestão	677
48. Transmissão de empresa, estabelecimento ou unidade económica	677
48.1. Aspectos gerais	677
48.2. Delimitação do fenómeno transmissivo; em especial o conceito de unidade económica	684
48.3. Âmbito de aplicação subjectivo do regime da transmissão, situações de exclusão, direito de oposição e direito à resolução do contrato	688
48.4. A participação dos trabalhadores no processo de transmissão	699
48.5. A tutela dos créditos laborais dos trabalhadores abrangidos pela transmissão	704
48.6. A intervenção da Autoridade para as Condições de Trabalho	706
49. Cedência ocasional de trabalhadores no âmbito de situações empresariais de grupo	709
50. Suspensão do contrato de trabalho: aspectos gerais e suspensão do contrato e redução do tempo de trabalho por motivo de crise da empresa	721
50.1. Efeitos gerais da suspensão do contrato de trabalho	721
50.2. Regime jurídico da suspensão do contrato de trabalho e da redução do tempo de trabalho por motivo de crise empresarial	724
51. Encerramento temporário do estabelecimento ou da empresa por motivos técnicos, por caso fortuito e de força maior	734

§13º Modificação e suspensão do contrato de trabalho por motivos atinentes ao trabalhador	737
52. Modificações do contrato de trabalho por motivos atinentes ao trabalhador	737
53. Suspensão do contrato por motivos atinentes ao trabalhador	739
53.1. Aspectos gerais	739
53.2. Licenças	744
53.2.1. Aspectos gerais	744
53.2.2. Licença sem retribuição em geral e licença sem retribuição para efeitos de formação ou valorização profissional	745
53.2.3. Licenças no contexto da maternidade, paternidade e assistência à família	746
53.3. Pré-reforma	756
53.4. Outras situações	758
§14º Acidentes de trabalho e doenças profissionais	763
54. Evolução histórica da tutela acidentária dos trabalhadores subordinados	763
55. Regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais	769
55.1. Aspectos gerais	769
55.2. Delimitação do acidente de trabalho e pressupostos da responsabilidade acidentária	774
55.3. Exclusão, redução e agravamento da responsabilidade acidentária	780
55.4. A reparação dos danos	782
55.5. Doenças profissionais	784
56. Efeitos do acidente de trabalho e da doença profissional no contrato de trabalho	785
SECÇÃO II	
Cessação do contrato de trabalho	789
§15º Enquadramento geral	789
57. Sequência	789
58. Problemática geral e evolução normativa da matéria da cessação do contrato de trabalho	790
59. Tutela constitucional em matéria de cessação do contrato de trabalho: o princípio da segurança no emprego	796

60. A cessação do contrato de trabalho no Código do Trabalho: aspectos gerais; modalidades de cessação	804
§16º Cessação do contrato de trabalho por caducidade, por acordo revogatório e no decurso do período experimental	815
61. Cessação do contrato de trabalho por caducidade	815
61.1. Aspectos gerais: causas de caducidade do contrato de trabalho	815
61.2. A caducidade do contrato de trabalho a termo: aspectos gerais e remissão	817
61.3. A caducidade do contrato de trabalho por impossibilidade de prestar o trabalho ou de o receber	822
61.3.1. Requisitos gerais	823
61.3.2. Caducidade do contrato por motivo atinente ao empregador em especial: morte do empregador ou encerramento da empresa; a situação de insolvência do empregador	825
61.4. A reforma do trabalhador por velhice ou invalidez	842
62. Cessação do contrato de trabalho por acordo revogatório	845
63. Cessação do contrato de trabalho no decurso do período experimental	852
§17º Despedimento disciplinar	855
64. Sequência	855
65. O fundamento do despedimento por facto imputável ao trabalhador: a justa causa	857
65.1. O conceito geral de justa causa e a justa causa no despedimento por facto imputável ao trabalhador	857
65.2. O conceito geral de justa causa disciplinar	859
65.3. As situações típicas de justa causa disciplinar e a sua relação com o conceito geral; outras situações de justa causa	865
65.4. Os critérios de apreciação da justa causa	870
65.5. A natureza do despedimento por facto imputável ao trabalhador: um despedimento disciplinar	875
66. O processo disciplinar para despedimento por facto imputável ao trabalhador	877
66.1. Os princípios gerais do processo disciplinar para despedimento	877
66.2. A marcha do processo	879
66.2.1. Aspectos gerais	879
66.2.2. A iniciativa processual: nota de culpa, inquérito prévio e suspensão preventiva do trabalhador	881
66.2.3. A defesa do trabalhador	886
66.2.5. A decisão de despedimento e a sua fundamentação	895

67. Ilícitude do despedimento disciplinar	898
67.1. Aspectos gerais; razão de ordem	898
67.2. Fundamento da ilícitude do despedimento: causas gerais e causas específicas do despedimento disciplinar	900
67.3. Declaração da ilícitude: suspensão e impugnação do despedimento	904
67.4. Efeitos da ilícitude do despedimento: indemnizações e reintegração do trabalhador	912
67.4.1. Aspectos gerais	912
67.4.2. Reintegração	913
67.4.3. Indemnizações e retribuições intercalares	920
§18º Despedimento colectivo	927
68. Aspectos gerais	927
69. Configuração e fundamentos do despedimento colectivo	933
70. Processo e ilícitude do despedimento colectivo	946
70.1. Processo para despedimento colectivo	946
70.2. Ilícitude do despedimento colectivo	952
§19º Despedimento por extinção do posto de trabalho	957
71. Aspectos gerais	957
72. Configuração e fundamentos do despedimento por extinção do posto de trabalho	959
73. Processo e ilícitude do despedimento por extinção do posto de trabalho	972
73.1. Processo para despedimento por extinção do posto de trabalho	972
73.2. Ilícitude do despedimento por extinção do posto de trabalho	975
§20º Despedimento por inadaptação	977
74. Aspectos gerais	977
75. Configuração e fundamentos do despedimento por inadaptação	979
76. Processo e ilícitude do despedimento por inadaptação	991
76.1. Processo para despedimento por inadaptação	991
76.2. Ilícitude do despedimento por inadaptação	993
§21º Cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador	995
77. Aspectos gerais	995
78. Resolução do contrato com fundamento em justa causa	999
78.1. Situações de justa causa	999

ÍNDICE GERAL

78.2. Procedimento e ilicitude	1010
79. Denúncia com aviso prévio e abandono do trabalho	1014
79.1. Denúncia com aviso prévio	1014
79.2. Abandono do trabalho	1017
§22º Efeitos acessórios da cessação do contrato de trabalho	1023
80. Sequência	1023
81. Deveres emergentes da cessação do contrato de trabalho	1024
81.1. Deveres gerais emergentes da cessação do contrato	1024
81.2. Em especial os pactos de não concorrência e a pós-eficácia dos deveres laborais	1026
82. A prescrição dos créditos laborais (remissão)	1032
ÍNDICE IDEOGRÁFICO	1033
ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO	1051
ÍNDICE GERAL	1091